



Escola Tecnológica e
Profissional da Zona do Pinhal
Pedrógão Grande

Handwritten mark or signature

CADERNO DE ENCARGOS

AJUSTE DIRETO

N.º 03/2019

Prestação de serviços de consultadoria especializada em matéria de garantia da Qualidade no Quadro do EQAVET

Petroensino - Ensino e Formação Profissional, Lda. | Sociedade por quotas - Reg. C.R.C. Pedrógão Grande, sob o N.º 156/990721 - Capital Social: 870.000€ | Pessoa Colectiva N.º 504 505 890

Contactos >>>

Telefone: 236 480 100 | Tlm: 966 086 044 | Fax: 236 480 109

E-mail: geral@etpzp.pt

Sede: Av. 25 de Abril * 3270-067 Pedrógão Grande



UNÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



REPÚBLICA
PORTUGUESA

Índice

1ª.	Objeto	3
2ª.	Contrato	3
3ª.	Prazo do contrato	3
4ª.	Obrigações principais do prestador de serviços	3
5ª.	Local da prestação de serviços.....	4
6ª.	Preço contratual.....	4
7ª.	Condições de pagamento	4
8ª.	Exigências contratuais.....	5
9ª.	Dever de sigilo.....	5
10ª.	Força maior	5
11ª.	Resolução por parte da entidade adjudicante e do adjudicatário	5
12ª.	Foro competente	6
13ª.	Subcontratação e cessão da posição contratual.....	6
14ª.	Comunicações e notificações.....	6
15ª.	Referencial técnico, normalizações nacionais ou internacionais	6
16ª.	Legislação aplicável.....	6
	ANEXO I – Especificações Técnicas	7

GERAIS

1ª. Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a prestação de serviços de consultadoria especializada em matéria de garantia da Qualidade no Quadro do EQAVET.

2ª. Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - b) O presente Caderno de Encargos;
 - c) A proposta adjudicada;
 - d) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

3ª. Prazo do contrato

1. O contrato entra em vigor na data da sua assinatura.
2. O contrato mantém-se em vigor pelo prazo máximo de um ano e meio a contar da data da sua assinatura, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.

4ª. Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato, decorrem para o prestador as seguintes obrigações principais:
 - a. Obrigação de realizar todas as atividades e garantir a execução da prestação de serviços de acordo com as especificações constantes do ANEXO I e restantes cláusulas deste caderno de encargos.
 - b. Obrigação de possuir e manter todos os requisitos legais exigidos para o desempenho das funções a contratar, nomeadamente licenças, alvarás e autorizações;

Contactos

Caderno de Encargos – Prestação de serviços de consultadoria especializada em matéria de garantia da Qualidade no Quadro do

Telefone: 236 480 100 | Tlm: 966 086 044 | Fax: 236 480 109

E-mail: geral@etpzp.pt

Sede: Av. 25 de Abril * 3270-067 Pedrógão Grande

- c. Obrigação de comunicar qualquer alteração na sua denominação social, representantes legais ou qualquer outra alteração com relevância para a prestação dos serviços ora em causa.
 - d. A título acessório, obrigação de, designadamente, recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento, monitorização e aperfeiçoamento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
2. O prestador obriga-se ainda a respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

5ª. Local da prestação de serviços

A prestação dos serviços a contratar terá lugar nas instalações da PETROENSINO sitas na Av. 25 de Abril, 3270-067 Pedrógão Grande

6ª. Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao prestador o preço constante da proposta adjudicada, IVA incluído, à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço base total para a vigência máxima prevista no caderno de encargos, não pode ser superior 10.357,50€, IVA incluído.
3. O preço referido no número 1 incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo, nomeadamente os relativos ao transporte, alojamento, alimentação, seguros, encargos sociais e deslocação de meios humanos e aquisição, transporte, armazenamento e manutenção dos meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

7ª. Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 15 dias após a receção das respetivas faturas, as quais devem cumprir com o disposto no artigo 36.º do CIVA e só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos n.º 1 e 3, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária.

8ª. Exigências contratuais

1. Em caso de atraso ou incumprimento da por parte do prestador na prestação dos serviços constantes do presente documento, a entidade adjudicante deverá notifica-lo para, no prazo máximo de oito dias cumprir a obrigação em falta, salvo os casos em que a mesma se tenha tornado impossível ou tenha a entidade adjudicante perdido o interesse no seu cumprimento.

9ª. Dever de sigilo


1. O prestador deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa a entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O prestador deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

10ª. Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

11ª. Resolução por parte da entidade adjudicante e do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O prestador pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.
3. O prestador obriga-se, em caso de extinção do contrato, independentemente do motivo que lhe deu origem, a prestar toda a assistência necessária na transição dos serviços



objeto do contrato para a entidade adjudicante ou para terceiro por esta indicado, de modo a garantir a boa continuidade dos mesmos.

12ª. Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

13ª. Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

14ª. Comunicações e notificações

1. As comunicações entre o contraente público e o cocontratante relativas à fase de execução do contrato devem ser escritas e redigidas em português, podendo ser efetuadas através de correio eletrónico ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção para a sede de cada uma, melhor identificadas no contrato.
2. Para efeitos do número anterior, identificam-se as informações de contato do gestor do contrato e respetivo endereço de correio eletrónico;
3. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

15ª. Referencial técnico, normalizações nacionais ou internacionais

A prestação de serviços deve respeitar as características, especificações e requisitos técnicos definidos no ANEXO I ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.

16ª. Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação portuguesa aplicável.

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Para efeitos do presente Caderno de Encargos, entende-se por EQAVET o Sistema de Garantia de Qualidade com case no Quadro de Referencia Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissional.
2. O presente Caderno de Encargos tem por objeto a prestação de serviços técnicos de consultoria em processos de garantia de qualidade alinhados com o EQAVET, cabendo ao adjudicatário, designadamente:
 - a) Organizar as ações de capacitação, numa lógica de trabalho em rede, tirando partido das sinergias das diferentes escolas e da experiência em outras candidaturas;
 - b) Acompanhar e monitorar as ações de capacitação e acompanhamento das escolas por forma a que as escolas dentro dos prazos previstos estejam devidamente capacitadas e certificadas;
 - c) Promover reuniões de acompanhamento, em princípio, com a periodicidade trimestral para coordenar e harmonizar as atividades a desenvolver.
3. Prazo de Execução
 - 3.1 - Sem prejuízo dos ajustamentos que forem julgados adequados, as ações a serem desenvolvidas deverão decorrer durante 18 meses, divididos da seguinte forma: ações de capacitação nos primeiros 9 a 12 meses subsequentes à adjudicação dos trabalhos e certificação EQAVET nos 6 meses seguintes.
 - 3.2 - Cronograma

A capacitação, que pode ir no máximo até 12 meses, passa pela implementação do conjunto de módulos a seguir indicados:

TEMÁTICAS/ABORDAGENS			
	Tipologia das ações	Nº horas	Mês
Princípios e objetivos do sistema de garantia da qualidade	Seminários	14	1 e 2
Organização da escola em conformidade com o Ciclo da Qualidade (PDCA)	Workshops	46	2,3,4 e 5
Definição e monitorização dos critérios e indicadores a observar no Quadro EQAVET	Workshops	24	6 e 7
Implementação de práticas de auto-avaliação e de melhoria contínua dos desempenhos	Workshops Seminários	28	8 e 9
Procedimentos e processos de revisão do sistema EQAVET	Workshops Seminários	7	10 e 11
Organização do Processo de certificação – Garantia da Qualidade	Workshops	14	11 e 12
Conceção da Versão Final a submeter a acreditação e subsequente introdução das melhorias	Workshops	7	12

4. Objetivos gerais e específicos

4.1 – Objetivos gerais:

O contrato terá, como objetivo geral, o desenvolvimento de atividades de capacitação envolvendo grupos de escolas nas várias CIM do país.

4.2 – Objetivos específicos:

Pretende-se que, em termos específicos, sejam desenvolvidas as seguintes ações concretas:

- Agrupar geograficamente em grupos de escolas com um mínimo 2 e um máximo 4 escolas nas regiões de financiamento FSE e 4 a 6 escolas nas restantes regiões;
- Organizar as ações de capacitação tendo por base 140 horas para cada grupo de escolas podendo 20% ser desenvolvidas a distância;
- O planeamento das ações será organizado de forma equilibrada, em dias e horas a acordar com os diversos grupos;
- As ações decorrerão, em princípio, rotativamente nos espaços físicos cedidos pelas escolas participantes, para o efeito;
- As atividades de capacitação serão desenvolvidas nas instalações de cada escola prevendo-se um acompanhamento presencial;

f) Durante as ações de capacitação 80% das horas serão presenciais em *workshops* e seminários e 20% a distância, sempre que haja consenso sobre esta última matéria.

4.1 - A entidade adjudicatária deverá efetuar a prestação dos serviços ora em causa com recursos humanos comprovadamente qualificados e com experiência no desempenho das tarefas atribuídas;

4.2 - A entidade adjudicatária deverá assegurar, junto dos seus consultores, o respeito pelo sigilo e confidencialidade de quaisquer informações ou dados que se refiram à Entidade Adjudicante ou ao projeto dos quais tenham tido conhecimento e/ou acesso.

5. Obrigações do Prestador do Serviço

O prestador do serviço obriga-se a:

- a) Prestar à entidade adjudicante os serviços adjudicados de forma adequada, pontual e diligente;
- b) Realizar atempadamente com a Entidade Adjudicante o agendamento das ações a realizar no âmbito do presente caderno de encargos;
- c) A apresentar elementos que comprovem a habilitação dos técnicos que estejam afetos à presente prestação;
- d) Disponibilizar todos os meios humanos e técnicos necessários à boa execução dos serviços;
- e) Entregar Relatórios de Intervenção quando solicitados.

Data 04/06/2019.

A Gerência



